

AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MOBILIÁRIOS JÚNIOR

TIPO:2

ANTES DE INICIAR A PROVA, LEIA ATENTAMENTE AS INFORMAÇÕES A SEGUIR.

- Verifique se o Caderno de Questões está completo e se o emprego indicado corresponde à sua inscrição. Havendo qualquer irregularidade, comunique imediatamente ao fiscal de sala antes de iniciar a prova.
- Não serão aceitas reclamações posteriores à aplicação da prova.
- A prova tem duração de 3 horas e 30 minutos incluído o tempo destinado ao preenchimento da Folha de Respostas. O tempo mínimo de permanência em sala é de 1 hora e 45 minutos.
- Este caderno contém 40 questões objetivas. Utilize-o apenas como rascunho. As respostas somente serão consideradas válidas quando assinaladas na Folha de Respostas.
- **TIPO DE PROVA: na folha de respostas assinale SOMENTE o tipo de prova que está respondendo, sob pena de desclassificação se deixar o campo em branco, rasurado ou preenchido incorretamente.**
- Na Folha de Respostas, marque apenas uma alternativa por questão, utilizando caneta esferográfica azul ou preta. Questões com dupla marcação, rasuradas ou em branco serão anuladas.
- Não haverá substituição do Caderno de Questões nem da Folha de Respostas por erro do candidato.
- Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala e somente poderão sair juntos, após a assinatura da ata.
- É obrigatório assinar e registrar sua impressão digital na Folha de Respostas a ser entregue ao fiscal no final da prova.
- Somente será permitido ao candidato levar consigo o Caderno de Questões nos 30 (trinta) minutos que antecedem o horário oficial de término da prova. Caso o candidato deixe a sala antes desse tempo, deverá entregar ao fiscal o Caderno de Questões e a Folha de Respostas, essa devidamente assinada e com a impressão digital registrada.
- O candidato que deixar a sala antes dos 30 minutos finais do tempo de duração da prova e não devolver o Caderno de Questões e a Folha de Respostas, terá sua prova anulada.

✂-----

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2026 – EDITAL 03

Anote suas respostas no espaço abaixo. Este canhoto poderá ser levado consigo. Solicite ao fiscal que o destaque.

A divulgação dos editais de resultado está prevista para terça-feira nos sites: www.ibamsp-concursos.org.br/ e www.bragancapaulista.sp.gov.br.

01-	02-	03-	04-	05-	06-	07-	08-	09-	10-
11-	12-	13-	14-	15-	16-	17-	18-	19-	20-
21-	22-	23-	24-	25-	26-	27-	28-	29-	30-
31-	32-	33-	34-	35-	36-	37-	38-	39-	40-

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 1 a 5.

Transparência, o melhor antídoto contra a corrupção

A Controladoria-Geral da União (CGU) acredita que a transparência é o melhor antídoto contra a corrupção, uma vez que ela é um importante mecanismo indutor para que os gestores públicos ajam com responsabilidade. Quando as informações sobre a arrecadação e a destinação do dinheiro público circulam de forma clara e acessível, cria-se um ambiente em que as decisões precisam ser justificadas e prestadas contas à população.

Uma gestão pública transparente permite à sociedade, com informações, colaborar no controle das ações de seus governantes, com o intuito de checar se os recursos públicos estão sendo usados como deveriam. Esse acompanhamento não se restringe aos órgãos de fiscalização: o cidadão que consulta portais oficiais, questiona contratos e acompanha obras também exerce uma forma de vigilância sobre o uso do que pertence a todos.

Por isso, a participação social é tratada como um complemento necessário ao trabalho técnico dos órgãos de controle. Ao instituir canais de diálogo com diferentes segmentos da sociedade civil, o poder público busca fortalecer os mecanismos democráticos e promover uma atuação conjunta na implementação das políticas públicas, aproximando quem paga os tributos das decisões sobre onde e como aplicá-los.

BRASIL. Controladoria-Geral da União (CGU). Transparência Pública. Brasília, DF: CGU, [2024]. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/transparencia-publica>. Acesso em: 9 jul. 2026. (Texto adaptado.)

Questão 01

A respeito da finalidade predominante do texto e da função que suas partes exercem na construção do sentido global, avalie as afirmativas a seguir.

I. Embora se organize a partir de informações institucionais da CGU, o texto subordina esses dados a uma tese avaliativa sobre o valor da transparência, o que faz predominar a orientação argumentativa sobre a expositiva.

II. A progressão dos parágrafos obedece a encadeamento dedutivo, no qual a definição de transparência funciona como premissa maior da qual se deduz, por necessidade lógica, a conclusão sobre a participação social.

III. O terceiro parágrafo opera por ampliação, deslocando o eixo do controle exercido pelo cidadão individual para a dimensão coletiva da participação social, sem romper com a tese antes sustentada.

É correto o que se afirma em:

- (A) I e III, apenas.
- (B) I, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I, II e III.

Questão 02

Associe cada conectivo empregado no texto (primeira coluna) ao valor lógico-semântico que ele instaura no contexto (segunda coluna)

Primeira coluna (conectivos)

1. "Quando", em "Quando as informações... circulam de forma clara e acessível, cria-se um ambiente...".
2. "uma vez que", em "a transparência é o melhor antídoto..., uma vez que ela é um importante mecanismo indutor...".
3. "Ao", em "Ao instituir canais de diálogo..., o poder público busca fortalecer os mecanismos democráticos...".

Segunda coluna (valores)

- ☐ Introdz o motivo que fundamenta a afirmação avaliativa formulada na oração anterior.
- ☐ Exprime a circunstância cuja realização condiciona o surgimento do ambiente de responsabilização descrito na sequência.
- ☐ Marca a circunstância simultânea no interior da qual se realiza o propósito atribuído ao poder público.

Após análise, assinale a sequência correta.

- (A) 1, 2, 3.
(B) 3, 2, 1.
(C) 2, 1, 3.
(D) 1, 3, 2.

Questão 03

Julgue os itens quanto aos efeitos de sentido e à análise sintática de trechos do texto. Registre (V) para verdadeiro e (F) para falso.

- ☐ A expressão "com informações", isolada por vírgulas em "permite à sociedade, com informações, colaborar no controle", constitui adjunto deslocado cuja supressão mantém íntegra a estrutura do período.
- ☐ Em "cria-se um ambiente", a partícula "se" indica sujeito indeterminado, razão por que o verbo permanece invariável na terceira pessoa do singular, sem sujeito a que se prenda.
- ☐ A locução "de forma clara e acessível", em "as informações... circulam de forma clara e acessível", funciona como adjunto adverbial de modo e reforça a condição de que o texto faz depender o controle.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- (A) V, V, F.
(B) V, F, F.
(C) V, F, V.
(D) F, F, V.

Questão 04

Avalie a asserção e a razão a seguir, relativas aos efeitos de sentido construídos no texto, e o vínculo lógico entre elas.

I. O vocábulo "antídoto", aplicado à transparência, projeta sobre a corrupção o traço de enfermidade, de modo que combatê-la se assemelha ao esforço de curar um organismo doente.

PORQUE

II. Trata-se de metáfora já cristalizada no uso (uma catacrese), razão por que "antídoto" perdeu, nesse contexto, o valor figurado e passou a operar com sentido estritamente literal.

- (A) As duas asserções são verdadeiras, e a segunda justifica corretamente a primeira.
(B) As duas asserções são verdadeiras, e a segunda não justifica a primeira asserção.
(C) A primeira asserção é uma proposição falsa, e a segunda, uma proposição verdadeira.
(D) A primeira asserção é uma proposição verdadeira, e a segunda, uma proposição falsa.

Questão 05

Considere dois enunciados: (I) "sem informação acessível, o controle social não se realiza"; (II) "havendo informação acessível, o controle social se realiza". Confrontando ambos com o encadeamento de ideias do texto, conclui-se que:

- (A) o texto respalda os dois enunciados, uma vez que descreve a informação acessível como causa que desencadeia, de imediato, a atuação fiscalizadora da sociedade sobre o gasto.
- (B) o texto respalda o primeiro enunciado, ao tratar a informação como condição sem a qual o controle não ocorre, mas não o segundo, pois a informação disponível não basta, por si, para que a fiscalização se efetive.
- (C) o texto respalda o segundo enunciado, mas não o primeiro, pois admite existir controle social ainda quando as informações deixam de circular de forma clara.
- (D) o texto recusa os dois enunciados, ao atribuir o controle das ações dos governantes ao trabalho técnico dos órgãos, e não à circulação de informações à população.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 6 a 10.

A informação, um bem precioso: por que cuidar dos dados pessoais

A informação continua sendo um bem muito precioso. Mas você sabia que a forma de lidar com a informação, principalmente a que diz respeito ao indivíduo, tem exigido bastante transformações, mundo afora e aqui no Brasil? Pois é, as pessoas estão, cada vez mais, buscando maior controle sobre seus dados. Preservar conteúdos privados não é mais uma opção, tornou-se um compromisso inadiável: tanto do cidadão consigo mesmo, como do governo e das empresas que se relacionam com esses dados e que precisam escutar o clamor das pessoas, se não quiserem ficar para trás.

Provavelmente você concorda que é indispensável cuidar dos seus dados e dos dados das demais pessoas. Então é hora de conhecer ainda mais sobre a LGPD: a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais é a mudança mais importante no que se refere à privacidade de dados no Brasil. Aprovada em agosto de 2018, a lei já circula por aí e, como se pode perceber, não veio "para inglês ver", mas para auxiliar o Brasil a evoluir, de fato, no tema, gerando impactos positivos na vida de milhões de brasileiros.

Mas, afinal, o que é um dado pessoal? É simples: se uma informação permite identificar, direta ou indiretamente, um indivíduo que esteja vivo, então ela é considerada um dado pessoal, como nome, RG, CPF, gênero, data e local de nascimento, telefone, endereço residencial, localização via GPS, retrato em fotografia, prontuário de saúde, cartão bancário, renda, histórico de pagamentos, hábitos de consumo, preferências de lazer, endereço de IP e cookies, entre outros.

SERPRO. O que são dados pessoais? Portal LGPD. Brasília, DF: Serpro, [2023]. Disponível em: <https://www.serpro.gov.br/lgpd/menu/protecao-de-dados/dados-pessoais-lgpd>. Acesso em: 9 jul. 2026. (Texto adaptado.)

Questão 06

Ao afirmar que preservar dados "não é mais uma opção, tornou-se um compromisso inadiável", o texto mobiliza uma oposição de sentido entre dois polos. A dupla de expressões que traduz com precisão essa oposição é:

- (A) hábito arraigado, de um lado, e possibilidade de ocorrência eventual, de outro.
- (B) faculdade, de um lado, e dever que não admite adiamento, de outro.
- (C) exigência imediata, de um lado, e concessão de caráter provisório, de outro.
- (D) preferência, de um lado, e recomendação de caráter flexível, de outro.

Questão 07

Analise o valor gramatical do vocábulo "que" em três ocorrências do texto: em "a que diz respeito ao indivíduo"; em "as empresas que se relacionam com esses dados"; em "no que se refere à privacidade". É correto afirmar que:

- (A) nas duas primeiras ocorrências "que" é pronome relativo, ao passo que, na terceira, integra a locução "no que", de valor equivalente a "naquilo que".
- (B) nas três ocorrências "que" exerce a mesma função de pronome relativo, retomando, em cada caso, um substantivo imediatamente anterior.
- (C) nas três ocorrências "que" é conjunção integrante, por introduzir orações que completam o sentido de um verbo anterior.
- (D) na primeira ocorrência "que" é conjunção e, nas demais, pronome relativo, sem diferença de função entre a segunda e a terceira.

Questão 08

À luz das normas de concordância, regência, crase e colocação pronominal, e tomando por base passagens do texto, é correto afirmar que:

- (A) em "no que se refere à privacidade de dados", a crase ocorre pois o verbo pronominal "referir-se" rege a preposição "a", que se funde com o artigo diante do substantivo feminino.
- (B) em "tornou-se um compromisso inadiável", a próclise seria obrigatória, por haver, antes do verbo, elemento de negação que atrairia o pronome.
- (C) em "as pessoas estão buscando maior controle", a forma "buscando" concorda em número com o sujeito "as pessoas", assumindo, por isso, a marca de plural.
- (D) em "tem exigido bastante transformações", a palavra "bastante" é advérbio invariável, razão pela qual dispensa a flexão de número diante do substantivo "transformações".

Questão 09

O texto interpela reiteradamente o leitor na segunda pessoa ("você sabia", "provavelmente você concorda") e reserva para o fim a definição técnica de dado pessoal. Considerando essa organização em seu conjunto, infere-se que ela busca:

- (A) adiar a adesão do leitor até o parágrafo final, quando a definição técnica passaria a operar como argumento de autoridade suficiente por si.
- (B) suprir a falta de fundamentação legal do texto, substituindo o argumento pela mera aproximação afetiva com o leitor ao longo dos parágrafos.
- (C) delimitar o texto ao público já familiarizado com a LGPD, para quem o esforço de convencimento se mostraria dispensável desde o princípio.
- (D) conduzir o leitor de uma adesão inicial, obtida pela interpelação direta, à compreensão técnica do conceito, de modo que o convencimento preceda e ampare a informação.

Questão 10

Considere o trecho: "as empresas... precisam escutar o clamor das pessoas, se não quiserem ficar para trás". Assinale a reescrita que preserve a relação de condição e consequência entre as ideias e respeita a norma-padrão.

- (A) As empresas, que não querem ficar para trás, precisam atender ao apelo das pessoas.
- (B) Caso não queiram ficar para trás, as empresas precisam atender ao apelo das pessoas.
- (C) As empresas precisam atender ao apelo das pessoas, porque não querem ficar para trás.
- (D) As empresas precisam atender ao apelo das pessoas, ainda que não queiram ficar para trás.

Matemática e Raciocínio Lógico

Questão 11

Em uma auditoria administrativa foi registrada a proposição: "Todos os contratos analisados apresentaram conformidade documental". Sob a perspectiva da lógica formal, qual afirmação corresponde exatamente à negação dessa proposição?

- (A) Ao menos dois contratos analisados não apresentaram conformidade documental.
- (B) Exatamente um contrato analisado não apresentou conformidade documental.
- (C) Ao menos um contrato analisado não apresentou conformidade documental.
- (D) Nenhum dos contratos analisados apresentou conformidade documental.

Questão 12

Uma empresa de manutenção predial contratou a impermeabilização da cobertura plana de um edifício. O projeto técnico informa que a superfície possui formato retangular com 32 m de comprimento e 18 m de largura. O produto impermeabilizante será aplicado em duas demãos completas, e o fabricante informa rendimento de 4 m² por litro em cada aplicação. Considerando que não haverá perdas, analise as assertivas a seguir.

I.A área da cobertura é igual a 576 m².

II.A área total considerada nas duas demãos é igual a 1.152 m².

III.A quantidade necessária de produto impermeabilizante é igual a 144 litros.

IV.Se o rendimento fosse de 6 m² por litro em cada aplicação, seriam necessários 384 litros de produto.

Está correto o que se afirma em:

- (A) III e IV, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e IV, apenas.

Questão 13

Uma equipe técnica precisa distribuir 440 processos entre três analistas. O segundo analista deverá receber 20 processos a mais que o primeiro, e o terceiro deverá receber 40 processos a mais que o segundo. Quantos processos deverão ser destinados ao primeiro analista para que a divisão atenda exatamente aos critérios estabelecidos?

- (A) 120 processos.
- (B) 130 processos.
- (C) 110 processos.
- (D) 140 processos.

Questão 14

Um centro de monitoramento registrou a quantidade diária de relatórios processados por um sistema automatizado ao longo de cinco dias consecutivos. Os valores observados foram 18, 24, 33, 45 e 60. Mantida a mesma regularidade de formação da sequência, qual deverá ser a quantidade de relatórios processados no sexto dia?

- (A) 78 relatórios.
- (B) 75 relatórios.
- (C) 81 relatórios.
- (D) 84 relatórios.

Questão 15

Durante a elaboração de um relatório de fiscalização, um Auditor Fiscal utilizou um editor de texto para redigir o documento, organizar informações em tabela, revisar o conteúdo antes da impressão e arquivar o arquivo na pasta destinada aos processos em andamento. Com base nessa situação, analise as afirmativas abaixo.

I.Os recursos de formatação de um editor de texto permitem modificar características como fonte, alinhamento e espaçamento entre parágrafos sem alterar o conteúdo escrito.

II.Ao inserir uma tabela em um documento, o editor de texto passa a impedir a inclusão de novos parágrafos antes ou depois dela.

III.A visualização de impressão permite verificar aspectos da disposição do documento nas páginas antes de sua impressão.

IV.Salvar um documento com outro nome substitui automaticamente o arquivo originalmente gravado, mantendo apenas a versão mais recente.

V.Um documento pode ser salvo durante sua elaboração para preservar as alterações realizadas até aquele momento.

Está correto o que se afirma em:

- (A) II e III, apenas.
- (B) I, II, III e IV, apenas.
- (C) II, IV e V, apenas.
- (D) I, III e V, apenas.

Questão 16

Durante a preparação de uma fiscalização, um Auditor Fiscal reuniu documentos eletrônicos provenientes de diferentes setores da administração pública. Para facilitar o acesso às informações, foi criada uma estrutura organizada de pastas no computador institucional, enquanto alguns arquivos passaram a ser utilizados diariamente por diferentes servidores. Com o objetivo de preservar a organização documental, reduzir duplicidades e manter o acesso rápido aos arquivos mais consultados, algumas providências foram avaliadas. Considerando o uso prático do sistema operacional Windows na rotina administrativa, a medida correta para essas finalidades é:

- (A) duplicar cada documento em diferentes pastas temáticas, permitindo que o mesmo arquivo permaneça armazenado em diversos locais independentemente do controle sobre as versões existentes.
- (B) renomear os arquivos periodicamente para facilitar sua identificação visual, mesmo que essa prática deixe de seguir o padrão de nomenclatura utilizado pelos demais setores envolvidos.
- (C) transferir os arquivos mais consultados para a Área de Trabalho, deixando as pastas institucionais apenas como referência, ainda que isso altere a localização originalmente adotada.
- (D) criar atalhos para os documentos mais utilizados na Área de Trabalho ou em outra pasta de acesso frequente, preservando os arquivos em sua localização original e mantendo a estrutura de armazenamento definida.

Questão 17

Durante a consolidação dos valores arrecadados por diferentes unidades fazendárias, um Auditor Fiscal organizou os registros em uma planilha eletrônica para facilitar a conferência das informações e a elaboração de um relatório gerencial. Considerando este cenário, complete corretamente a frase a seguir.

Para registrar os valores individualmente, o servidor inseriu cada informação em uma _____; para obter o total arrecadado, utilizou uma _____; ao representar visualmente os resultados, inseriu um _____; antes da emissão do relatório, realizou a _____ dos dados conforme o período de arrecadação; para identificar rapidamente os maiores valores, aplicou um _____; por fim, gravou o trabalho em um _____ compatível com a planilha eletrônica.

Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas, na ordem apresentada.

- (A) célula / função SOMA / gráfico / classificação / filtro / arquivo
- (B) coluna / fórmula textual / documento / seleção / hiperlink / navegador
- (C) planilha / tabela dinâmica / cabeçalho / impressão / atalho / diretório
- (D) pasta / referência cruzada / gráfico / formatação / comentário / arquivo

Questão 18

Durante uma ação de fiscalização, um Auditor Fiscal recebeu documentos por correio eletrônico, acessou sistemas corporativos por meio da internet, compartilhou arquivos em armazenamento em nuvem e precisou adotar cuidados para preservar a confidencialidade das informações obtidas durante o trabalho. Além disso, analisou documentos em formato PDF e identificou mensagens que poderiam representar tentativas de fraude eletrônica. Com base nessa situação, analise as assertivas a seguir e assinale (V) para as verdadeiras e (F) para as falsas.

- ☐ A utilização de senhas distintas para diferentes serviços reduz o impacto caso uma delas venha a ser comprometida.
- ☐ Um arquivo em formato PDF pode ser utilizado para leitura, arquivamento e compartilhamento de documentos, mantendo características de apresentação do conteúdo.
- ☐ O recebimento de uma mensagem eletrônica contendo link para atualização cadastral dispensa a verificação do endereço eletrônico antes do acesso quando o texto apresenta identidade visual semelhante à de uma instituição conhecida.
- ☐ O armazenamento em nuvem pode facilitar o acesso a arquivos por usuários autorizados, conforme as permissões definidas para o compartilhamento.
- ☐ Alterar a extensão de um arquivo para ".pdf" é suficiente para convertê-lo corretamente para esse formato de documento.
- ☐ Antes de fornecer informações institucionais por correio eletrônico, convém verificar se a solicitação é compatível com os procedimentos adotados pelo órgão e se o remetente é confiável.
- ☐ O encerramento da sessão de um serviço em nuvem após sua utilização representa uma medida que contribui para a proteção da conta, especialmente em computadores compartilhados.
- ☐ O uso de autenticação em dois fatores pode acrescentar uma camada de proteção ao acesso a serviços digitais, além da senha.
- ☐ Um documento armazenado em nuvem permanece acessível somente ao proprietário da conta, independentemente das configurações de compartilhamento adotadas.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- (A) F, V, F, F, V, V, V, F, V.
- (B) V, V, F, V, F, V, V, V, F.
- (C) V, F, V, V, F, V, F, V, V.
- (D) V, V, F, F, V, F, V, V, F.

Administração Pública, Legislação e Direito Público

Questão 19

Considerando as normas de Direito Financeiro aplicáveis à gestão municipal, assinale a alternativa correta.

- (A) O princípio da não afetação da receita, que veda a vinculação de receitas de impostos a órgão, fundo ou despesa, não se aplica às receitas de impostos municipais destinadas à manutenção e desenvolvimento do ensino e às ações e serviços públicos de saúde, por expressa exceção constitucional.
- (B) A Lei Orçamentária Anual (LOA), por ser o instrumento que estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro, não pode conter autorização para a contratação de operações de crédito, mas sim para a abertura de créditos adicionais suplementares. É vedado também para a LOA a inclusão de dispositivos sobre alterações na legislação tributária, que devem ser tratadas exclusivamente na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).
- (C) A inscrição de despesas em Restos a Pagar Não Processados ocorre quando o empenho foi realizado no exercício financeiro, mas a despesa não foi liquidada até 31 de dezembro, sendo que tais despesas não são consideradas para o cálculo do resultado primário, ainda que venham a ser pagas em exercícios seguintes.
- (D) A despesa com pessoal do Município, para fins de apuração dos limites estabelecidos pela LRF, inclui os gastos com inativos e pensionistas, mas exclui as despesas com contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, por não se configurarem como vínculo permanente.

Questão 20

A Administração Pública, em sua atuação fiscalizatória e arrecadatória, deve observar rigorosamente os princípios constitucionais que a regem. A interpretação e aplicação desses princípios, muitas vezes, são objeto de análise pelos Tribunais Superiores, que buscam harmonizar a prerrogativa estatal com os direitos e garantias individuais.

Após análise, assinale a alternativa correta.

- (A) A presunção de legitimidade dos atos administrativos, como o auto de infração tributário, não impede o controle judicial de sua legalidade e moralidade, sendo que a autotutela administrativa permite à própria Administração anular atos ilegais, independentemente de provocação do contribuinte, conforme entendimento sumulado do STF.
- (B) O princípio da publicidade, embora fundamental, não se estende aos atos de fiscalização tributária, dada a necessidade de sigilo para evitar a frustração da arrecadação, sendo a quebra do sigilo bancário, para fins fiscais, uma exceção que dispensa qualquer autorização judicial ou administrativa prévia.
- (C) O princípio da legalidade, no âmbito da atuação do Fiscal de Tributos, permite que a Administração, em casos de lacuna legislativa ou de urgência, crie ou majore tributos por meio de decreto regulamentar, desde que devidamente motivado pelo interesse público e pela necessidade de arrecadação.
- (D) A responsabilidade civil do Estado por atos omissivos de seus agentes fiscais é sempre objetiva, bastando a comprovação do nexo causal entre a omissão e o dano, uma vez que a inércia do poder público em fiscalizar configura risco administrativo inerente à sua função.

Questão 21

Considerando o Sistema Tributário Nacional e as espécies tributárias, assinale a alternativa que possui a sentença incorreta.

- (A) A Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública (COSIP/CIP), de competência municipal, possui natureza jurídica de tributo, sendo constitucional sua cobrança na fatura de energia elétrica, conforme entendimento pacificado do Supremo Tribunal Federal.
- (B) A imunidade tributária recíproca, prevista na Constituição Federal, estende-se às autarquias e fundações públicas, abrangendo o patrimônio, a renda e os serviços vinculados às suas finalidades essenciais, mesmo que explorem atividade econômica de forma secundária.
- (C) A Taxa de Coleta de Lixo, para ser constitucional, deve ter como base de cálculo um elemento que reflita a utilização efetiva ou potencial do serviço público específico e divisível, sendo vedada a utilização da mesma base de cálculo do IPTU, como a metragem da testada do imóvel.
- (D) O Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) tem como fato gerador a transmissão "*inter vivos*", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, e sua base de cálculo é o valor venal do imóvel transmitido, não se vinculando, necessariamente, ao valor venal do IPTU.

Questão 22

Considerando o processo legislativo municipal e as regras orçamentárias da Lei Orgânica do Município de Bragança Paulista, avalie as proposições a seguir e assinale a alternativa correta.

I.A aprovação da Lei do Código Tributário Municipal exige quórum de maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal, por se tratar de matéria reservada a lei complementar.

II.As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária anual são impositivas e devem ser executadas obrigatoriamente pelo Executivo, salvo impedimento técnico devidamente justificado.

III.O Prefeito pode delegar a fixação de preços públicos e a aplicação de multas tributárias a servidor municipal, independentemente de decreto ou lei.

IV.A divulgação dos montantes de tributos arrecadados e de recursos recebidos a título de receita transferida deve ocorrer até o último dia do mês subsequente ao da arrecadação.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Somente as sentenças I, III e IV estão corretas.
- (B) Somente as sentenças I e III estão corretas.
- (C) Somente as sentenças II e III estão corretas.
- (D) Somente as sentenças I, II e IV estão corretas.

Questão 23

A constituição do crédito tributário é um procedimento administrativo fundamental para a Fazenda Pública Municipal, que culmina no lançamento. Após sua constituição, o crédito pode ser afetado por diversas situações jurídicas que impactam sua exigibilidade ou sua própria existência.

Analise as afirmações e assinale a alternativa correta.

I.O lançamento por homologação, característico de tributos como o ISS, ocorre quando o contribuinte antecipa o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, que, posteriormente, homologa ou não a atividade do particular, sendo que a ausência de homologação expressa no prazo legal implica homologação tácita.

II.A moratória e o parcelamento são causas de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, impedindo a Fazenda Pública de realizar atos de cobrança, mas não extinguem o crédito, que permanece existente e pode voltar a ser exigível caso as condições da suspensão sejam descumpridas.

III.A isenção e a anistia são modalidades de exclusão do crédito tributário, significando que impedem a sua constituição. A isenção dispensa o pagamento do tributo, enquanto a anistia perdoa as penalidades pecuniárias, como multas.

IV. A decadência e a prescrição são formas de extinção do crédito tributário. A decadência refere-se à perda do direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário pelo lançamento, enquanto a prescrição se inicia a partir do ajuizamento da execução e se refere à perda do direito de a Fazenda Pública para cobrar o crédito já constituído.

- (A) As sentenças II e IV são verdadeiras.
- (B) Somente a sentença I é falsa.
- (C) A sentença I é verdadeira e a sentença IV é falsa.
- (D) Somente a sentença III é verdadeira.

Questão 24

Considerando as limitações ao poder de tributar previstas na Lei Orgânica do Município de Bragança Paulista, especialmente as vedações relacionadas ao direito de petição e à obtenção de certidões, assinale a alternativa correta.

- (A) A expedição de certidões para esclarecimento de situações de interesse pessoal pode ser condicionada ao pagamento de taxa, uma vez que a gratuidade prevista na Lei Orgânica se aplica apenas às certidões destinadas à defesa contra ilegalidade ou abuso de poder, não abrangendo hipóteses de mero interesse pessoal do requerente.
- (B) O prazo para fornecimento de informações e certidões pelos órgãos públicos municipais é de trinta dias, prorrogável por igual período mediante decisão fundamentada do Secretário competente, e a cobrança de emolumentos para certidões de interesse.
- (C) O Município está impedido de instituir taxas para a obtenção de certidões em repartições públicas quando destinadas à defesa de direitos ou ao esclarecimento de situações de interesse pessoal, devendo os órgãos públicos municipais fornecer as informações e certidões no prazo de quinze dias, contados do protocolo do pedido, sob pena de responsabilidade.
- (D) O Município pode instituir taxas para a emissão de certidões em geral, inclusive aquelas destinadas à defesa de direitos, desde que o valor seja módico e haja previsão em lei municipal específica, pois a gratuidade constitucional restringe-se exclusivamente às certidões requeridas para fins de impugnação de lançamento tributário.

Questão 25

A atuação do Estado, seja na prestação de serviços públicos essenciais, seja na fiscalização e arrecadação tributária, é exercida por meio de seus agentes. A conduta desses agentes, a natureza dos serviços prestados e a eventual ocorrência de danos a terceiros suscitam questões complexas sobre a responsabilidade civil do Poder Público, tema recorrentemente analisado pelo Supremo Tribunal Federal.

Assinale a alternativa correta.

- (A) A exigência de concurso público para o provimento de cargos ou empregos públicos, embora regra geral, comporta exceções para a contratação de agentes públicos temporários, desde que a necessidade seja transitória e de excepcional interesse público, não se aplicando, contudo, a servidores de autarquias municipais que prestam serviços públicos essenciais.
- (B) A responsabilidade civil do Município por danos causados por seus agentes fiscais, no exercício da atividade de fiscalização tributária, é sempre subjetiva, exigindo a comprovação de dolo ou culpa do agente, haja vista a natureza discricionária e de poder de polícia inerente a essa função.
- (C) Em caso de danos causados a terceiros por concessionária de serviço público municipal, a responsabilidade civil desta é objetiva, aplicando-se a teoria do risco administrativo, mas o Município, como ente concedente, somente responderá subsidiariamente, após esgotadas as vias de cobrança contra a concessionária.
- (D) O direito de regresso do Município contra o agente público fiscal que, com dolo ou culpa, causou danos a terceiros, é uma ação autônoma e prescinde da prévia condenação do agente em processo administrativo disciplinar, podendo ser exercido após a indenização à vítima.

Questão 26

A Lei nº 14.133/2021 inovou ao explicitar e reforçar uma série de princípios que devem nortear a atuação da Administração Pública em suas contratações. Tais princípios visam a garantir não apenas a legalidade, mas também a eficiência, a transparência e a probidade na gestão dos recursos públicos.

Considerando os princípios fundamentais expressos na Lei nº 14.133/2021 e sua aplicação no contexto das contratações públicas, assinale com (V) as sentenças verdadeiras e com (F) as sentenças falsas.

I.O princípio da segregação de funções, expressamente previsto na nova lei, impõe que a mesma pessoa não pode acumular atribuições que possam gerar conflito de interesses ou oportunidades para fraudes, como a elaboração do termo de referência e a fiscalização da execução contratual. ()

II.O princípio da competitividade, embora relevante, não autoriza a Administração a estabelecer critérios de desempate que favoreçam empresas que comprovem práticas de desenvolvimento nacional sustentável, pois isso violaria a isonomia entre os licitantes. ()

III.A motivação dos atos administrativos, como a decisão de inhabilitar um licitante, é um princípio fundamental que exige a indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos que levaram à decisão, permitindo o controle da legalidade e da razoabilidade do ato. ()

IV.O princípio da publicidade, no âmbito da Lei nº 14.133/2021, é mitigado pela necessidade de sigilo das informações relativas à fase preparatória da licitação, sendo a divulgação obrigatória apenas a partir da publicação do edital. ()

Assinale a alternativa que corresponda a sequência correta das respostas às sentenças acima.

- (A) V, F, V, F
- (B) V, V, F, F
- (C) F, F, F, V
- (D) F, V, V, V

Conhecimentos Específicos

Questão 27

No que diz respeito às obrigações acessórias relativas ao Cadastro Fiscal de Contribuintes do Município de Bragança Paulista, analise as sentenças.

(2) A inscrição no Cadastro Fiscal é obrigatória para todo prestador de serviços estabelecido no município, sendo facultativa para profissionais autônomos que não possuam estabelecimento fixo, desde que o imposto seja retido na fonte pelo tomador.

(4) O cancelamento da inscrição cadastral ocorrerá de ofício pela autoridade administrativa quando constatada a inatividade do estabelecimento, independentemente de prévia notificação do contribuinte, visando a hígidez do cadastro municipal.

(8) Qualquer alteração nos dados cadastrais do contribuinte, tais como mudança de endereço, alteração societária ou modificação da atividade econômica, deve ser comunicada à repartição fiscal competente no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data de sua efetivação.

(16) A pessoa jurídica que iniciar suas atividades sem a prévia inscrição no Cadastro Fiscal sujeita-se à autuação fiscal, mas o recolhimento do imposto devido poderá ser realizado com base nas regras de estimativa fixadas pela autoridade tributária.

Assinale a alternativa que possua o resultado da soma correta dos números a frente das sentenças verdadeiras.

- (A) 30
- (B) 12
- (C) 24
- (D) 14

Questão 28

Um Fiscal Tributário Municipal, ao realizar a fiscalização de um contribuinte, solicita informações sobre suas operações bancárias. O contribuinte se recusa a fornecer os dados, alegando sigilo bancário. O Fiscal, então, informa que, em caso de recusa, o contribuinte não poderá obter a Certidão Negativa de Débitos (CND) municipal, essencial para participar de licitações.

Assinale a alternativa correta.

- (A) A recusa do contribuinte em fornecer informações bancárias ao Fiscal Tributário Municipal, mesmo sem prévia autorização judicial, pode justificar a negativa de emissão da Certidão Negativa de Débitos (CND), pois a falta de cooperação impede a verificação da regularidade fiscal.
- (B) A Certidão Negativa de Débitos (CND) atesta a inexistência de débitos tributários vencidos e não pagos, bem como a ausência de pendências relativas a obrigações acessórias, sendo sua emissão um direito do contribuinte que cumpre suas obrigações.
- (C) A inscrição em Dívida Ativa de um crédito tributário, mesmo que com exigibilidade suspensa por parcelamento, impede a emissão de Certidão Negativa de Débitos (CND), sendo necessário o pagamento integral para sua obtenção.
- (D) O sigilo bancário é absoluto e somente pode ser quebrado mediante ordem judicial específica, não sendo permitido à Administração Tributária Municipal acessá-lo diretamente, mesmo com previsão em lei complementar federal.

Questão 29

Um Fiscal Tributário Municipal, durante o processo de auditoria de uma empresa prestadora de serviços, identifica que o contribuinte não recolheu o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) referente a fatos geradores ocorridos em janeiro de 2019. O Auto de Infração e Imposição de Multa (AIIM) foi lavrado em março de 2024. Além disso, o contribuinte apresentou um pedido de parcelamento do débito em abril de 2024, que foi deferido pelo município.

Analise as sentenças e responda.

(2)O crédito tributário referente ao ISSQN de janeiro de 2019 está fulminado pela decadência, pois o lançamento do AIIM ocorreu após o prazo legal de cinco anos, contado do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.

(4)O parcelamento do débito tributário, uma vez deferido, suspende a exigibilidade do crédito tributário, impedindo que o município promova a execução fiscal enquanto o contribuinte estiver adimplente com as parcelas.

(8)A lavratura do auto de infração é o ato que formaliza o lançamento do crédito tributário. Após o lançamento e a notificação do contribuinte, inicia-se o prazo prescricional de cinco anos para a Fazenda Pública ajuizar a execução fiscal

(16)Caso o contribuinte comprove que o serviço foi prestado em outro município, onde o ISSQN já foi recolhido, o crédito tributário municipal será extinto pela exclusão, configurando uma hipótese de não incidência do tributo no município fiscalizado.

Assinale a alternativa que possua o resultado da soma correta dos números à frente das sentenças verdadeiras.

- (A) 24
- (B) 14
- (C) 12
- (D) 6

Questão 30

A Emenda Constitucional nº 132/2023 instituiu a Reforma Tributária do Consumo, promovendo profundas alterações no Sistema Tributário Nacional, com impactos diretos na competência e arrecadação dos municípios. Dentre as inovações, destacam-se a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS), bem como a extinção gradual de tributos atuais.

Considerando as disposições da EC nº 132/2023 e seus impactos na fiscalização tributária municipal, assinale a alternativa que possui a sentença incorreta.

- (A) O Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) será um tributo de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios, com legislação única e administração centralizada pelo Comitê Gestor do IBS, o que implicará uma mudança significativa na atuação dos Fiscais Tributários Municipais.
- (B) O Imposto Seletivo (IS) será um tributo de competência da União, incidindo sobre bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, e sua arrecadação será destinada aos cofres federais, sem qualquer participação dos municípios.
- (C) A criação do Comitê Gestor do IBS, responsável pela arrecadação, compensação e distribuição do IBS, visa aprimorar a eficiência do sistema, mas também centraliza decisões que antes eram de competência exclusiva dos municípios, como a definição de alíquotas e a fiscalização direta.
- (D) Durante o período de transição do ISSQN para o IBS, que se estenderá por várias fases, os municípios continuarão a ter competência para instituir e cobrar o ISSQN, sendo que as alíquotas poderão ser reduzidas gradualmente até a completa extinção do imposto municipal.

Questão 31

Durante uma fiscalização em um estabelecimento comercial, o Fiscal Tributário Municipal verifica que a empresa não emitiu notas fiscais de serviços eletrônicas (NFS-e) relativas a diversas prestações de serviços ocorridas nos últimos três meses, conforme exigido pela legislação municipal. Além disso, constata que a empresa não recolheu o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) referente a esses serviços. Diante dessa situação assinale a alternativa que possui a afirmação incorreta.

- (A) O não recolhimento do ISSQN devido sobre os serviços prestados caracteriza o descumprimento de uma obrigação tributária principal, cujo fato gerador é a prestação do serviço.
- (B) A não emissão das NFS-e configura o descumprimento de uma obrigação tributária acessória, que visa facilitar a fiscalização e a arrecadação do ISSQN.
- (C) O descumprimento da obrigação acessória de emitir NFS-e pode gerar a aplicação de penalidades pecuniárias (multas), que, uma vez exigidas, convertem-se em obrigação tributária principal.
- (D) A fiscalização municipal pode exigir a emissão retroativa das NFS-e e o recolhimento do ISSQN, mas não pode aplicar multas por descumprimento de obrigação acessória, pois a finalidade principal é a arrecadação do tributo.

Questão 32

A transição do atual sistema tributário para o novo modelo instituído pela EC nº 132/2023 apresenta desafios e oportunidades para a Administração Tributária Municipal. A fiscalização, a gestão da Dívida Ativa e a emissão de certidões fiscais serão impactadas pelas novas regras e pela coexistência de regimes tributários durante o período de transição.

Assinale com (V) para as sentenças verdadeiras e com (F) para as sentenças falsas.

I. Durante o período de transição, os Fiscais Tributários Municipais deverão atuar na fiscalização tanto do ISSQN, que será gradualmente extinto, quanto do IBS, que será implementado de forma progressiva, exigindo adaptação e treinamento para as novas regras. ()

II. A Dívida Ativa referente ao ISSQN, constituída antes da completa extinção do imposto, continuará sendo de responsabilidade dos municípios, que deverão gerenciar sua cobrança e execução fiscal, mesmo após a plena vigência do IBS. ()

III. A emissão de Certidões Negativas de Débitos (CND) pelos municípios, após a extinção do ISSQN, passará a considerar apenas os débitos referentes a tributos remanescentes de competência municipal, como o IPTU e o ITBI, e eventuais débitos de ISSQN ainda em cobrança. ()

IV. O Comitê Gestor do IBS terá a prerrogativa de fiscalizar diretamente os contribuintes em relação ao IBS, mas não poderá acessar informações fiscais relativas ao ISSQN dos contribuintes, que permanecerão sob sigilo e competência exclusiva dos municípios. ()

Assinale a alternativa que corresponda a sequência correta das respostas às sentenças acima.

- (A) F, F, V, V
- (B) V, V, V, F
- (C) F, F, F, V
- (D) V, V, F, F

Questão 33

Um Fiscal Tributário Municipal lavra um Auto de Infração e Imposição de Multa (AIIM) contra um contribuinte por sonegação de ISSQN, notificando-o em 15 de maio de 2024. O contribuinte, inconformado, apresenta impugnação administrativa em 10 de junho de 2024. Após a análise da impugnação, a decisão de primeira instância administrativa é proferida em 20 de agosto de 2024, mantendo o AIIM. O contribuinte é notificado dessa decisão em 25 de agosto de 2024 e, em 10 de setembro de 2024, apresenta recurso administrativo para a instância superior.

Considerando o Processo Administrativo Tributário (PAT) municipal, assinale a alternativa correta.

- (A) Caso o recurso administrativo seja julgado improcedente e o contribuinte não efetue o pagamento, o crédito tributário será inscrito em Dívida Ativa, momento a partir do qual o município poderá emitir a Certidão de Dívida Ativa (CDA) e ajuizar a execução fiscal.
- (B) O prazo para a apresentação da impugnação administrativa é de 15 (quinze) dias, contados da notificação do AIIM, e sua interposição tempestiva impede a constituição definitiva do crédito tributário.
- (C) A apresentação da impugnação administrativa em 10 de junho de 2024 suspende a exigibilidade do crédito tributário, impedindo a inscrição em Dívida Ativa e a propositura de execução fiscal até a decisão final do recurso.
- (D) A decisão de primeira instância administrativa, proferida em 20 de agosto de 2024, torna o crédito tributário definitivamente constituído, independentemente da interposição de recurso, pois esgotou a fase de defesa inicial do contribuinte.

Questão 34

Um município, visando aprimorar a arrecadação do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), institui por lei municipal que, para determinados serviços listados na Lei Complementar nº 116/2003, o tomador do serviço, pessoa jurídica estabelecida no município, será o responsável tributário pelo recolhimento do imposto, independentemente de o prestador estar ou não estabelecido no mesmo município. Além disso, a lei prevê que o lançamento do ISSQN para esses serviços será feito por homologação.

Assinale a alternativa correta.

- (A) O lançamento por homologação implica que o tomador do serviço, na condição de responsável tributário, deve antecipar o pagamento do ISSQN sem prévio exame da autoridade administrativa, que terá o prazo de cinco anos para homologar ou não o valor recolhido.
- (B) Caso o tomador do serviço não efetue o recolhimento do ISSQN no prazo legal, o município não poderá exigir o tributo do prestador do serviço, pois a responsabilidade tributária do tomador exclui a do contribuinte originário.
- (C) O fato gerador do ISSQN ocorre no momento da emissão da nota fiscal de serviço, sendo este o marco temporal para a constituição do crédito tributário.
- (D) A instituição da responsabilidade tributária do tomador do serviço é inconstitucional, pois a competência para definir o sujeito passivo da obrigação tributária é exclusiva da União, por meio de lei complementar.

Questão 35

A Administração Tributária Municipal de "Cidade Luz" implementou um novo sistema de fiscalização eletrônica, que permite o cruzamento de dados de notas fiscais eletrônicas de serviços (NFS-e) com declarações de instituições financeiras. Em um caso específico, o Fiscal Tributário "João" acessou informações bancárias de um contribuinte sem prévia autorização judicial, sob a justificativa de que a Lei Orgânica Municipal (LOM) autoriza o acesso direto para fins de fiscalização.

Analise as afirmações e assinale a alternativa correta.

I.O acesso direto a informações bancárias do contribuinte pela Administração Tributária Municipal, sem prévia autorização judicial, é permitido, desde que haja previsão em lei municipal específica e que as informações sejam utilizadas exclusivamente para fins de constituição de crédito tributário.

II.A quebra do sigilo bancário para fins de fiscalização tributária não exige, em regra, autorização judicial, conforme entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal, protegendo o direito fundamental à privacidade do contribuinte.

III.O Fiscal Tributário Municipal, no exercício de suas funções, possui o dever de manter o sigilo fiscal sobre as informações econômico fiscais dos contribuintes, sob pena de responsabilidade administrativa, civil e penal.

IV.A prerrogativa de acesso a informações bancárias sem autorização judicial é exclusiva da Receita Federal do Brasil, não se estendendo aos Fiscos estaduais e municipais, que devem sempre recorrer ao Poder Judiciário.

- (A) A afirmação III é verdadeira e a afirmação IV é falsa.
- (B) As afirmações I e II são verdadeiras.
- (C) As afirmações II e IV são falsas.
- (D) Somente a afirmação III é verdadeira.

Questão 36

Um Fiscal Tributário Municipal, ao analisar a legislação de seu município, depara-se com a instituição de uma nova "Taxa de Manutenção de Vias Públicas", cobrada anualmente de todos os proprietários de imóveis urbanos, com base na metragem linear da testada do imóvel. A justificativa para a cobrança é o custeio da pavimentação, recapeamento e limpeza das ruas.

Analise as sentenças e responda.

(2)A instituição de uma taxa para custear serviços de pavimentação e recapeamento de vias públicas é, em regra, inconstitucional, pois tais serviços não se enquadram na definição de serviços públicos específicos e divisíveis, caracterizando-se como despesas gerais do município.

(4)A base de cálculo da "Taxa de Manutenção de Vias Públicas" utilizando a metragem linear da testada do imóvel pode ser considerada inconstitucional se houver identidade com a base de cálculo do IPTU, violando o princípio da vedação de bitributação.

(8)Caso a "Taxa de Manutenção de Vias Públicas" seja considerada inconstitucional, o município poderia, em tese, instituir uma Contribuição de Melhoria para custear a valorização imobiliária decorrente de obras de pavimentação e recapeamento, desde que observados os limites legais.

(16)A cobrança de uma taxa pela limpeza de vias públicas é constitucional, desde que o serviço seja efetivamente prestado ao contribuinte e possa ser individualizado, configurando um serviço público específico e divisível.

Assinale a alternativa que possua o resultado da soma correta dos números a frente das sentenças verdadeiras.

- (A) 28
- (B) 26
- (C) 14
- (D) 12

Questão 37

Um Fiscal Tributário Municipal, ao analisar o cadastro imobiliário, identifica um terreno em área urbana que, embora edificado, não possui registro de habite-se e não está sendo utilizado para fins residenciais ou comerciais, mas sim como depósito de materiais de construção por uma empresa vizinha. O proprietário do imóvel alega que, por não haver habite-se e uso formal, o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) não seria devido na modalidade predial, mas sim territorial.

Assinale com (V) as sentenças verdadeiras e com (F) as sentenças falsas.

I.O sujeito ativo do IPTU é o município onde o imóvel está localizado, e o sujeito passivo é o proprietário do imóvel, independentemente da existência de habite-se ou do uso efetivo. ()

II.A ausência de habite-se impede a caracterização do imóvel como predial para fins de IPTU, devendo ser tributado como territorial até a regularização da construção. ()

III.O lançamento do IPTU é, em regra, por declaração, cabendo ao contribuinte informar anualmente as características do imóvel para o cálculo do imposto. ()

IV.O crédito tributário do IPTU é constituído anualmente por meio de lançamento por homologação, com base nas informações prestadas pelo contribuinte no exercício anterior. ()

Assinale a alternativa que corresponda a sequência correta das respostas às sentenças acima.

- (A) V, V, F, F
- (B) F, V, V, F
- (C) F, F, V, V
- (D) V, F, F, F

Questão 38

O Regime Especial de Fiscalização (REF) é um instrumento de grande relevância para o combate à evasão fiscal reiterada. À luz da Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, e considerando as prerrogativas da administração tributária municipal, estadual e federal, assinale a alternativa correta.

- (A) O REF garante ao contribuinte a suspensão da exigibilidade de eventuais créditos tributários discutidos, permitindo a emissão de Certidão Positiva com Efeitos de Negativa (CPEN) mediante o simples parcelamento das multas.
- (B) A imposição do REF é um ato discricionário que exige, obrigatoriamente, a conclusão prévia de um procedimento de fiscalização formal e a lavratura de auto de infração para comprovar a infração originária.
- (C) Durante a vigência do REF, o sujeito passivo fica sujeito a medidas acautelatórias, tais como a obrigatoriedade de recolhimento diário do IBS e da CBS, e as infrações cometidas nesse período acarretam a duplicação do percentual das multas de ofício.
- (D) A reiteração de infrações de natureza estritamente acessória, que não afetam a apuração ou o recolhimento do tributo principal, é fundamento suficiente para a instauração do REF, desde que ocorram dentro de um período de 5 (cinco) anos.

Questão 39

A respeito da Taxa de Fiscalização e Funcionamento (TFF) prevista no Código Tributário do Município de Bragança Paulista, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta.

I.O fato gerador da TFF é a utilização efetiva, por parte do contribuinte, dos serviços públicos específicos e divisíveis de fiscalização do poder de polícia municipal, sendo irrelevante o efetivo funcionamento do estabelecimento no exercício fiscal.

II.A TFF será lançada anualmente, considerando-se como data de vencimento a fixada em regulamento, e o seu valor será fixado em Unidades de Valor Municipal (UVAM), variando de acordo com a natureza da atividade e a área ocupada pelo estabelecimento.

III.A interrupção temporária das atividades do estabelecimento, devidamente comunicada e comprovada perante a repartição fiscal competente, isenta o contribuinte do pagamento da TFF referente ao exercício em que a paralisação ocorreu, gerando direito à restituição do que já houver sido pago.

IV.Para fins de fixação da base de cálculo da TFF, considera-se a área total do imóvel onde o estabelecimento está instalado, incluindo áreas de uso comum, depósitos e pátios descobertos que integrem a atividade econômica explorada.

- (A) As sentenças I e II são incorretas.
- (B) As sentenças II e III são corretas.
- (C) As sentenças III e IV são incorretas.
- (D) As sentenças II e IV são corretas.

Questão 40

O mecanismo de extinção de débitos via split payment é uma das inovações estruturais trazidas pela Lei Complementar nº 214/2025 para garantir a eficiência da arrecadação do IBS e da CBS. No que tange à operacionalização desse sistema, assinale a alternativa correta.

- (A) Na hipótese de o originador da transação de pagamento não identificar os valores correspondentes ao IBS e à CBS no momento da venda, a liquidação financeira da operação será bloqueada até que a nota fiscal seja regularizada pelo contribuinte.
- (B) No procedimento padrão, o prestador de serviço de pagamento calcula autonomamente a alíquota aplicável com base no CNAE do estabelecimento e realiza a segregação dos valores, sem necessidade de consulta prévia aos sistemas do Comitê Gestor do IBS ou da Receita Federal.
- (C) Os prestadores de serviços de pagamento (ex: operadoras de cartão e fintechs) atuam como responsáveis tributários solidários, respondendo com seu patrimônio por eventuais diferenças de alíquotas ou erros de cálculo informados pelo vendedor na transmissão dos dados.
- (D) O procedimento simplificado do split payment é acionado automaticamente quando faltam dados fiscais na transação, permitindo a conclusão do pagamento. Contudo, nesse cenário, o adquirente contribuinte fica impedido de apropriar os valores como crédito em sua escrituração.